



A CPA e a construção de uma cultura avaliativa no IFSP

Desde 2004, com a aprovação da Lei Federal 10.861, cada Instituição de Ensino Superior (IES) passou a ter que constituir uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, responsável por articular e coordenar a avaliação interna da instituição, observando as seguintes dimensões do universo acadêmico: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; infraestrutura; e meta-avaliação.

A Comissão, formada por vários segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), atuando de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES. Entre os diversos objetivos da avaliação institucional, cumpre destacar seu papel no desenvolvimento de uma cultura avaliativa que atenda aos interesses da comunidade. Neste sentido, a avaliação se afigura como instrumento voltado ao estímulo de uma autoconsciência crítico-reflexiva da instituição sobre os sentidos de suas atividades e de sua finalidade.

Ao avaliar as múltiplas dimensões que englobam a vida institucional do IFSP, a CPA traz à superfície os elementos práticos da rotina acadêmica cuja operosidade implica o acúmulo de interações “irrefletidas” entre nossa ação e as estruturas de governança existentes. Muitos problemas, desafios e potencialidades que vivenciamos empiricamente, como atores institucionais, só podem ser identificados com clareza se perscrutados através de refinados instrumentos de coleta de informação e de metodologias de análise adequados à interpretação e à avaliação dos dados. A cada ciclo avaliativo, à luz dos resultados alcançados preteritamente, a CPA busca também o autoaperfeiçoamento, visando a se tornar cada vez mais relevante como órgão responsável pela produção de conhecimento orientador de ações voltadas ao planejamento, à gestão acadêmico-administrativa e ao atendimento às normas de avaliação da educação superior aprovadas pelo Poder Público.

Criar e manter instituições são tarefas que requerem inteligência adaptativa e aprendizado na distribuição e no uso de recursos materiais, cognitivos e simbólicos ao longo do tempo. Neste complexo agir sistêmico, nossa comunidade procura se engajar na realização de dois tipos fundamentais de atividades: a exploração de novas configurações institucionais ou, alternativamente, a utilização e o aperfeiçoamento daquelas já existentes. Ambas são formas de aprendizado, necessárias para a construção de instituições, mas a manutenção de um equilíbrio entre as duas não é fácil: experimentalismo ou manutenção excessivos geram consequências contraproducentes, colocando em perigo o equilíbrio entre as atividades da instituição. Em suma, processos de construção de instituições podem ser autodestrutivos.

A formação de uma cultura avaliativa em nossa instituição contribui para que processos disruptivos sejam identificados e se tornem objeto de discussão

metodologicamente fundamentada, indutora de transformações inteligentes – legitimadas através da participação democrática de todos os segmentos na formulação de políticas –, capazes de (re) animar os fundamentos democráticos e republicanos de nossa instituição, atualizando-os em consonância com os requerimentos cada vez mais exigentes da vida contemporânea e à altura dos desafios e contingências experimentados por sociedades complexas como a nossa.

Por fim, exorto docentes, discentes dos cursos superiores e servidores técnicos-administrativos a se engajarem com a CPA na consolidação de uma instituição inteligente e reflexiva, seja respondendo ao questionário de avaliação institucional, seja buscando conhecer melhor a estrutura e o funcionamento da CPA, que está aberta à construção de um relacionamento dialógico, crítico e construtivo com os diversos espaços e momentos de avaliação existentes em nossa comunidade.

Um fraterno abraço a todas e a todos.



Gabriel Henrique Burnatelli de Antonio
Presidente da CPA Central